



Encontro Nacional
de Produtores e Usuários
de Informações Sociais,
Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional
de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional
de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor ensaja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE

Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE

Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET

Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO

Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências
Sociais

ANPOCS

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em
Planejamento Urbano e Regional

ANPUR

Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN

Academia Brasileira de Letras
ABL

Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq

Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP

Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento “Jones dos Santos Neves”
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confège

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix

Secretaria Geral - Luciana Kanham

Confège, Confest e Simpósio de Inovações

Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira,
Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e
Maria Letícia Duarte Warner

Jornada de Cursos - Carmen Feijó

Finanças - Marise Maria Ferreira

Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira

Programação Visual - Aldo Victorio Filho e

Luiz Gonzaga C. dos Santos

Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza

Atendimento aos Participantes - Cristina Lins

Apoio

Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos,
Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid,
Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior,

José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim,
Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca,
Rita de Cassia Atualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes
áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a
consolidação do projeto do ENCONTRO.

OS PROBLEMAS SUBJACENTES AO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DA COR DA POPULAÇÃO NO BRASIL*

Regina Pahim Pinto**

Quando se trabalha com dados censitários que levam em conta a cor¹ da população é sempre importante lembrar os problemas subjacentes a esta variável e que vão desde a determinação das categorias a serem consideradas pelos organismos responsáveis pelas estatísticas populacionais, passando pelos problemas de coleta desses dados, até à sua interpretação e utilização.

O objetivo deste texto é refletir sobre esta intrincada questão, tentando sistematizar alguns dos problemas que vêm sendo discutidos pelos estudiosos. No Brasil, atualmente, a coleta dos dados censitários, incluindo a cor da população, é efetuada pelo IBGE², através dos censos demográficos, realizados a cada decênio, e das PNADS, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente. Implantada gradativamente a partir de 1967, a PNAD foi idealizada para suprir informações básicas sobre a população durante o período intercensitário e

* Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro, 27 a 31 de maio de 1996.

** Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

¹ Embora os termos cor e "raça" muitas vezes sejam empregados como sinônimos, optei em usar, sempre que possível, a palavra cor, uma vez que este texto trata das classificações efetuadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão que coleta informações sobre a composição racial da população com base na cor do respondente.

² Na verdade, o primeiro censo sob a responsabilidade do IBGE, foi o de 1940. Os anteriores foram realizados por outras instituições como a Diretoria Geral de Estatística-DGE, o Instituto Nacional de Estatística-INE. O IBGE foi criado apenas em 1938, como resultado da fusão do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia (FIBGE, 1993).

para estudar temas que são insuficientemente investigados ou não são contemplados nos censos demográficos³.

Nem sempre o censo e as PNADS coletaram a cor da população. Esse quesito passou a ser investigado de modo sistemático pela PNAD somente a partir de 1987. Os levantamentos censitários, por sua vez, trabalharam a variável cor da seguinte maneira:

1872 - Cor para todos os quesitos, como subtópico da condição social, então dividida entre livres e escravos;

1890 - Cor para a população geral, desagregada apenas quando discriminada por estado civil;

1900 e 1920 - Não coletaram a cor da população⁴;

1940 e 1950 - Cor presente para todos os quesitos pesquisados;

1960 - Cor apenas para os dados gerais da população;

1970 - Não coletou cor;

1980 - Cor desagregada apenas para alguns dados da população (Piza, 1993; Piza e Rosenberg, 1994)

Além da coleta não ocorrer regularmente, tem havido uma grande variação, quanto à escolha dos quesitos, quanto ao significado dos mesmos e, ainda, quanto à maneira de coletar o

³ A PNAD foi planejada para ser um sistema de pesquisas por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, destinado a atender vários propósitos relativos às áreas demográfica, de saúde, consumo, alimentação e nutrição, condições de habitação e equipamentos domésticos, educação e cultura, trabalho e nível econômico do domicílio. Devido à impossibilidade de se investigarem continuamente todos os temas contidos nessas áreas, a PNAD foi estruturada para ter uma pesquisa básica, que investiga de forma contínua os temas definidos como de maior importância, pesquisas suplementares, destinadas a aprofundar os temas permanentes e pesquisas especiais para tratar de assuntos de maior complexidade, e que exigem um tratamento à parte da pesquisa básica (FIBGE, 1991b).

⁴ Várias foram as alegações para esse procedimento: a ocultação deste dado, especialmente por parte dos mestiços, muito numerosos em todos os estados do Brasil, mas refratários em relação à cor a que pertencem; impossibilidade de se declarar a ascendência, quando o cruzamento ocorreu na época da escravidão ou em estado de degradação da mãe; o fato de a tonalidade da cor da pele deixar a desejar como critério classificatório.

dado. Neste sentido, ora é o entrevistador que efetua a classificação (heteroclassificação), ora é o próprio entrevistado, em resposta à pergunta aberta ou fechada (autoclassificação). Multiplicidade de critérios que, no entender do IBGE, dificulta a comparação dos dados (Laboratório de Estatística, 1970 apud Costa, 1974).

Os problemas advindos da inclusão do quesito cor nas estatísticas populacionais

No seu artigo sobre "Analfabetismo, raça e gênero nos censos brasileiros", Edith Piza (1993) chama a atenção para a necessidade de se observarem os movimentos históricos que se refletem na caracterização da população pelos organismos oficiais uma vez que eles são importantes para se situarem as mudanças ocorridas em alguns quesitos, tanto quanto para se compreender como, em determinado momento, os indivíduos podem sofrer atribuições ou atribuírem-se uma determinada "raça/cor" (p. 6).

Vários autores registraram a influência dessas circunstâncias históricas em outros países. No Brasil, esse fenômeno ainda não foi estudado em profundidade, mas as poucas críticas e observações a respeito dos procedimentos adotados pelos organismos que coletam e processam os dados censitários mostram como realmente ele é importante, a ponto de parcelas da população não terem sido contabilizadas em algumas coletas, quando o interesse do Estado estava concentrado em setores aos quais elas não pertenciam.

Exemplos dessa preterição são relatados por estudiosos da demografia em nosso país, ao qual remeto o leitor interessado⁵. Para efeitos deste artigo, gostaria de registrar a não

⁵ A este respeito ver a retrospectiva efetuada por Piza, 1993. Ela cita trabalhos de Maria Luiza Marcilio, do próprio IBGE, bem como de outros autores que trataram, ainda que indiretamente desta questão como os de Schwartzman; Bonemy, Costa (1984), Rago (1985), Reis (1991).

contabilização das mulheres, crianças e dos escravos em coletas realizadas após 1822, quando o interesse subjacente era sobretudo eleitoral (IBGE, 1990 apud Piza, 1993, p. 9). Como esses segmentos não votavam, não eram computados. Por outro lado, os quesitos coletados nos censos de 1920 e 1940 sobre a população feminina refletem a política do Estado fascista em relação à mulher e aos comportamentos ligados ao casamento e à maternidade. Já, a descontinuidade da coleta e divulgação dos dados sobre raça/cor da população, bem como a pobreza das informações processadas levando-se em conta essa variável, têm sido atribuídas a uma estratégia deliberada das autoridades para não incluir a questão racial nas discussões sobre prioridades nacionais econômicas, políticas, culturais e educacionais (Piza, 1993, p. 10 e 11).

Obviamente seria ingenuidade não se levar em conta que as mudanças na concepção e no processo de coleta de dados sobre a população também refletem uma série de outros fatores: o aperfeiçoamento da própria estatística; da infra-estrutura de transporte e comunicação e a conseqüente facilidade de acesso ao informante; dos processos de armazenamento e processamento dos dados. O que estou querendo dizer, ao procurar contextualizar essas coletas em momentos históricos e ideológicos determinados, é que estes fatores não podem ser desconsiderados em pesquisas que pretendem analisar as relações raciais no país.

A própria ONU, manifestando-se a respeito deste assunto, considera que o levantamento de características étnicas, raciais e de nacionalidade está sujeito às especificidades nacionais e, por isso, não recomenda critérios de aceitação universal⁶, embora venha sugerindo o sistema de autoclassificação (Oliveira, 1994).

⁶ O organismo chama atenção, especialmente, para as dificuldades encontradas nos levantamentos efetuados e grupos não endógamos, pois, quando ocorre a endogamia durante várias gerações, as pessoas estão conscientes do grupo a que pertencem. Se isso não acontece, a adequação das respostas individuais pode ser afetada pela falta de clareza das questões propostas e do material de instrução utilizado (ONU, 1959 apud Costa, 1974).

Essas dificuldades tendem a se agravar com a existência dos grupos intermediários, isto é, os mestiços, tendo em vista a dificuldade de se estabelecerem critérios de classificação (Laboratório de Estatística, 1970, apud Costa, 1974). Além disso, os grupos formados por esses tipos são muito mais fluidos, ou seja, o indivíduo pode entrar e sair do mesmo com certa facilidade, variação essa influenciada pelos significados sociais atribuídos à cor (Piza e Rosenberg, 1994)

Os critérios, os procedimentos e a linguagem adotados nos diversos censos brasileiros que consideraram a variável cor expressam muitos desses problemas.

Apenas para citar alguns deles, apontados pelos estudiosos⁷, o censo de 40 dava ao classificador três alternativas de cor - preta, branca e amarela, facultando-lhe, entretanto, a possibilidade de lançar um traço no quadrado destinado à resposta quando fosse impossível determinar a cor do recenseado. Para englobar estes casos e aqueles em que o recenseador optou por vocábulos como caboclo, mulato, moreno, criou-se a posteriori a categoria parda. Já no recenseamento de 1950, essa categoria foi prevista no processo de coleta, tendo sido acrescentada às categorias branca, preta e amarela.

Se os quesitos dos censos de 40 e de 50 enfatizam a cor do respondente, portanto, o fenótipo da população, isto nem sempre ocorreu⁸. Os censos de 1872 e de 1890, por exemplo, adotaram um critério misto ao se utilizarem de categorias que expressam o fenótipo das pessoas como de categorias que expressam a sua ascendência. No censo de 1872 as opções apresentadas

⁷ Ver a respeito Piza (1993) e Piza e Rosenberg (1994).

⁸ É importante lembrar que quando afirmo que o censo de 1940 enfatizou a cor dos respondentes, estou falando dos quesitos previstos no censo, e não das classificações dos recenseadores, que adotaram um critério misto ao utilizar termos como caboclo. Já o censo de 50, embora adotasse categorias que enfatizavam a cor, previu a possibilidade dos que se declaravam pela regra da ascendência, como caboclos, índios, serem incluídos na categoria pardo.

aos entrevistados foram branco, preto, pardo e caboclo (os indígenas e seus descendentes); o censo de 1890 utilizou os termos branco, preto, caboclo e mestiço. As categorias caboclo e mestiço se referem à ascendência, enquanto as demais enfatizam a cor dos respondentes⁹.

Mas, se os organismos de coleta têm enfrentado dificuldades para estabelecer os quesitos que dêem conta da realidade da população, essas dificuldades aumentam no momento da coleta.

As dificuldades referentes à coleta

Vários estudiosos têm chamando a atenção para os complicadores que podem atuar no processo de classificação da cor do recenseado, principalmente no momento da coleta, seja ele proveniente da autoclassificação, ou da heteroclassificação. A ideologia das relações raciais que vigora na nossa sociedade constitui um dos determinantes da complexidade do processo na medida em que pode interferir na dinâmica do relacionamento que se instaura no momento da coleta do dado, podendo resultar em várias possibilidades de registro, tanto da parte do recenseador como do informante (Araújo, 1988 apud Berquó, 1988). Isso, sem contar o fato de que, muitas vezes, o entrevistador nem sempre segue à risca as determinações do instituto responsável pela elaboração dos censos, seja porque tinha certeza quanto à cor do entrevistado, seja devido ao cansaço e à automação que vão se instalando à medida que avança o processo de coleta¹⁰, ou ainda, porque a etiqueta das relações raciais torna difícil formular a pergunta. Como

⁹ No censo de 1960 as categorias foram branco, preto, amarelo e pardo, incluindo-se nesta última, os índios; no censo de 1980, as opções foram branco, preto, amarelo e pardo, incluindo-se nesta última categoria os mulatos, mestiços, índios, caboclos, mamelucos e cafusos.

¹⁰ Edith Piza (1993) e Piza e Rosemberg (1994) mencionam entrevistas com pesquisadores que trabalharam no censo de 1991 que mostram esses acontecimentos.

lembra Oliveira (1994), é problemático abordar esse assunto numa entrevista, dada a delicadeza do tema em nosso país, onde questões relativas ao relacionamento racial não são tratadas abertamente (p. 8).

Os problemas enfrentados por pesquisadores que, em função dos seus estudos, se defrontaram com a tarefa de coletar a cor dos sujeitos pesquisados, expressam muitas dessas situações. A dinâmica que se instala no momento da coleta nem sempre é tranqüila e, dependendo da maneira como o pesquisador formula a questão, pode provocar reações inusitadas da parte do pesquisado. Além disso, muitas vezes estabelece-se uma distância entre aquilo que o pesquisador espera e o que o entrevistado entende.

No meu modo de ver, muitos aspectos da problemática envolvendo a classificação da cor, podem ser entendidos se nos voltarmos para a maneira como o nosso país vem se posicionando perante a composição racial da sua população. Nesse processo, há acontecimentos particularmente relevantes para esta discussão: o destino a ser dado ao negro¹¹ livre, a preocupação com a intensa miscigenação da população brasileira, a preconização do branqueamento, a política imigratória. Nesses acontecimentos, já sobejamente tratados pelos estudiosos, gostaria de chamar a atenção para um fato: o imaginário¹² que vai se forjando a respeito dos diversos segmentos raciais da população brasileira e, que, como num círculo vicioso, por sua vez, influi no perfil desses acontecimentos.

¹¹ Neste texto, a palavra negro, sempre inclui pretos e pardos, embora haja autores que a utilizem com outra conotação. Nesses casos, sempre que possível, procuro explicitar o significado que lhe está sendo atribuído. Algumas vezes também emprego a expressão não branco para indicar pretos e pardos.

¹² Uso a expressão imaginário na mesma acepção utilizada por Célia Marinho de Azevedo que, por sua vez, se inspirou em Cornelius Castoriadis: "o imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de 'alguma coisa'. Aquilo que denominamos 'realidade' e 'racionalidade' são seus produtos" (Castoriadis, 1982 apud Azevedo, 1987, p.36).

No alvorecer do século XIX, as pressões internacionais contra o tráfico, o movimento emancipacionista e as inquietações decorrentes das insurreições escravas são acontecimentos que estimulam os homens responsáveis do país a pensar numa maneira de ultrapassar a intensa heterogenia sócio-racial em que vivíamos. As soluções preconizadas foram diversas, mas, entre elas, havia um ponto em comum: a preocupação com a instituição de uma nacionalidade no país.

O importante a destacar para efeitos deste trabalho é que nos diversos projetos e esboços de soluções que começaram a ser delineados antes mesmo da Proclamação da Independência, sejam eles projetos que preconizavam o aproveitamento e a integração de toda essa população heterogênea, como projetos que optaram pelas soluções imigrantistas, que começaram a ganhar força a partir da segunda metade do século passado, percebe-se como as conotações a respeito de certos segmentos são quase sempre negativas. Nessas diversas propostas e soluções em que esses homens responsáveis se posicionaram a respeito desses segmentos que formavam o Brasil de então, falava-se, por exemplo, numa natureza bárbara, africana, dos negros¹³; no africano e seus descendentes como inferiores aos índios (João Severino Maciel da Costa, 1821 apud Azevedo, 1987); na imoralidade dos cativos, ainda que devido ao estado de violência e imoralidade em que viviam (José Eloy Pessoa da Silva 1826 apud Azevedo, 1987); na pouca inteligência do negro, às vezes atribuída à sua natureza, às vezes à escravidão a que fora submetido (Cezar Burlamarque, 1837 apud Azevedo, 1987).

Mesmo aqueles que reconheciam certas qualidades nos negros e lamentavam a opressão em que viviam os escravos, tinham uma visão bastante hierarquizada das "raças" que

¹³ Esta autora de um modo geral emprega a palavra negro como sinônimo de preto, uma vez que utiliza as palavras negro, mestiço e mulato. A palavra africano também aparece com frequência no seu texto e, neste caso, pode estar sendo empregada como sinônimo de preto, como também pode incluir os mestiços quando se refere aos africanos e seus descendentes.

formavam o país. É o caso de um autor também citado por Azevedo (1987), Francisco Antônio Brandão Jr. (1865), que, ao mesmo tempo em que reconhecia as qualidades dos quilombolas (não eram inimigos do trabalho, queriam apenas melhorar a sorte, cumpridores dos deveres quando empregados pelos fazendeiros), falava na necessidade de uma libertação gradual dos escravos, "meninos no seu desenvolvimento intelectual", na necessidade de seus descendentes serem ainda considerados "escravos" ou "tributários" dos seus senhores por um certo tempo e, mesmo depois de livres, sujeitos aos proprietários, como "colonos", devido à incapacidade de se autoconduzirem (aspas originais).

Nessas posições, percebe-se que o baixo nível mental reputado à população negra não se constituía, entretanto, em empecilho para a sua incorporação à sociedade brasileira. Esta não seria a perspectiva adotada por um outro grupo de reformadores. Influenciados pelas teorias científicas raciais que então se reproduziam nos Estados Unidos e na Europa, passaram a preconizar a substituição do ex-escravo pelo imigrante, tanto na agricultura, como nas atividades urbanas. A idéia da inferioridade dos africanos e seus descendentes, vista até então em termos culturais, começou a se respaldar cada vez mais em critérios raciais, passando-se, então, a propugnar a imigração branca como uma maneira de renovar a população brasileira. O branco europeu era considerado o tipo de trabalhador e cidadão ideal, aquele que viria ensinar aos brasileiros as vantagens do trabalho regular, da família organizada (Alfredo d'Escagnolle Taunay, 1886 apud Azevedo, 1987), aquele que daria direção inteligente à população negra (C. E. Amoroso Lima, 1886, 1887 apud Azevedo, 1987).

Os argumentos usados pelos imigrantistas mostram o pensamento de então a respeito do segmento negro. Há referências explícitas à inferioridade racial dos africanos, à sua preguiça inata, à sua incapacidade para o trabalho, à distância que os separava do homem branco,

equivalente à que separa o homem do bruto (Tavares Bastos 1861; Sylvio Romero 1883; Pereira Barreto 1878; Louis Couty 1881, 1884; Domingos José Nogueira Jaguaribe 1877, 1878 apud Azevedo, 1987), aos prejuízos que a sua presença trouxera ao Brasil (Pereira Barreto, 1880 apud Azevedo, 1987).

É verdade que entre os imigrantistas dessa época não apenas o elemento negro era considerado maléfico, mas também o amarelo. Na ocasião, havia uma forte oposição à vinda de chineses ao Brasil, considerados inferiores, propensos ao vício, indolentes para o trabalho rude, difíceis de se aculturar (Domingos José Nogueira Jaguaribe, 1878 apud Azevedo, 1987). Nem mesmo segmentos brancos escaparam de tais avaliações depreciativas. Para alguns imigrantistas, a desgraça do Brasil se devia ao fato de ter sido colonizado por portugueses, considerados inferiores etnicamente, quando comparados aos povos germânicos (Tavares Bastos, 1861 apud Azevedo, 1987).

Os mestiços¹⁴, por sua vez, não eram vistos de maneira mais positiva. Do mesmo modo que os negros, eram considerados incapazes de interiorizar sentimentos civilizados. Ainda que admitissem a miscigenação, achavam os imigrantistas que a seleção natural agiria no sentido de fazer a raça branca se impor sobre as raças inferiores, a negra e a índia (Domingos José Nogueira Jaguaribe, 1877, 1878 apud Azevedo, 1987). Mesmo pensadores que atribuíam ao mestiço capacidade intelectual superior à do negro, consideravam-no apático, preguiçoso, e de capacidade limitada (Louis Couty, 1881 apud Azevedo, 1987).

Aliás, a miscigenação era vista com bastante reserva, inclusive, pelos homens de ciência. Pensadores ligados a algumas escolas de medicina e de direito do país consideravam a mistura racial o nosso maior mal, fator que explicaria nossa inferioridade. E, se por outro lado,

¹⁴ Esses autores também usam a palavra mulato como sinônima de mestiço.

havia pensadores ligados às escolas de direito que defendiam um estado liberal, na prática eles também tinham os efeitos da miscigenação (Schwarcz, s.d.)

Nem mesmo os homens de projeção da época, descendentes de africanos, ficaram imunes à influência das teorias raciais, contribuindo, também, para sedimentar um imaginário desfavorável ao não branco. José do Patrocínio, por exemplo, manifestou-se contra a imigração chinesa, enquanto André Rebouças saudava a vinda de trabalhadores pertencentes "às raças mais inteligentes e ativas da humanidade", na esperança de que a "raça" brasileira melhorasse sob a sua influência (Azevedo, 1987, p. 102).

A própria literatura de viagens, por sua vez, se encarregou de sedimentar entre nós concepções sobre a inferioridade dos africanos, ao se referir à escravidão como um veículo de civilização. Segundo Mott (1979, p. 59), "são raros os viajantes que distinguem entre o negro recém-chegado, o escravo ladino e o crioulo. Quando esta distinção é feita, nota-se uma tendência em ressaltar o aspecto 'repugnante' e 'selvagem' do africano recém-chegado em contraposição à 'civilização' dos escravizados a mais tempo e, principalmente, dos mulatos."

As autoridades também contribuíram para a divulgação desse imaginário. É o que se pode deduzir, a partir dos argumentos empregados por deputados da Assembléia Legislativa Provincial ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado, citados por Azevedo (1987). As observações a respeito do negro nesses debates travados entre os que defendiam o aproveitamento da mão-de-obra nacional e os que se batiam pela solução imigrantista, corrente vitoriosa, expressam esse imaginário. Percebe-se, também, que eles não distinguem o negro e o escravo.

Essa identificação parece ter sido bastante forte, uma vez que não mencionam os negros livres que, desde a época da Colônia, exerciam ofícios nas principais cidades brasileiras, uma espécie de embrião de uma burguesia negra que, entretanto, não vingou devido, justamente,

ao projeto imigrantista (Santos, 1988). Mas o importante a assinalar é que essa concepção que igualava o negro ao escravo se acirrou no momento em que o negro passou a competir com o branco, principalmente o estrangeiro.

Todo esse imaginário negativo a respeito do negro e a conotação positiva em relação ao branco, por sua vez, se espalhou pelas mais diferentes instâncias da sociedade. Os estudiosos já denunciaram sua presença na literatura (Rabassa, 1965; Queiroz Jr., 1975; Brookshaw, 1983; Leite, 1986; Mussa, 1990), na literatura de cordel (Moura, 1976), no teatro (Mendes, 1982), na literatura infantil (Rosemberg, 1979), nas peças teatrais infantis (Tavares, 1981), na literatura didática (Pinto, 1981; Silva, 1987; Triumpho, 1987), na propaganda (Ianni, 1980; Hasenbalg, 1982), nos meios de comunicação (Pereira, 1967; Couceiro, 1983; Schwarcz, 1987), no folclore (Fernandes, 1972)) na escola (Cumha Jr., 1987; Figueira, 1990), na dinâmica da sala de aula (Oliveira, 1992; Teixeira, 1992; Silva, 1993), no ambiente de trabalho (Teixeira, 1992). No contexto da própria família negra, de acordo com alguns estudiosos, circula esse imaginário. Relatos mostram, como muitas vezes, os próprios pais contribuem para sedimentá-lo ao emitir opiniões desairosas sobre os negros, ao tentar impedir os filhos de andarem em sua companhia, isso, sem falar no esforço para que eles se casem com parceiros mais claros (Teixeira, 1992). Essas concepções, não raro, são introjetadas pelos filhos, que, por sua vez, chegam a se recusar a frequentar ambientes onde circulam negros.

Ainda, recentemente, no ano do Centenário da Abolição, uma brincadeira realizada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, expressa esse imaginário. No dia 12 de maio daquele ano, foi distribuído um panfleto que, além de anunciar o leilão de 26 "cidadãos de cor", funcionários de corretoras de valores, continha observações e ditos populares extremamente desairosos a respeito dos negros e que, na análise de Maggie (1988), revela o que a democracia racial brasileira

esconde. Lembra Maggie (1988) que ainda que se pudesse argumentar ser esse um ano liminar, e que a liminaridade suspende as regras do cotidiano, ela também produz o inverso. Suspendendo valores e regras dominantes, permite que se diga o que está camuflado na estrutura.

Pode-se perceber também a força desse imaginário, indiretamente, através da luta que o movimento negro vem travando tanto junto ao próprio negro para que este se assuma enquanto tal e, de outro, junto às várias instâncias da sociedade para que se revejam as concepções negativas a seu respeito.

Nesse sentido, as lideranças negras vêm empreendendo uma campanha para que o negro se orgulhe da sua condição, da sua ascendência, processo esse em que cada vez mais a cultura, o apelo às raízes africanas, a uma África mítica são usados como linguagem para articular uma identidade negra positiva. No que concerne à sociedade, a luta tem sido no sentido de que esta reveja as concepções negativas a respeito do negro e, mais recentemente, que adote uma postura aberta em relação às diferenças, sejam elas físicas ou culturais¹⁵.

As origens desse imaginário estigmatizador do negro em nossa sociedade encontram um marco importante no Estatuto De Puritate Sanguinis, uma sucessão de normas jurídicas, reais e eclesiásticas, instituídas na Espanha no século XV e, posteriormente, em Portugal, onde vigoraram do século XVI ao século XVIII. No contexto do Estatuto, negros e mulatos¹⁶, entre outros, são considerados como portadores de "sangue infecto"¹⁷, o que lhes vedava o acesso à nobreza, aos cargos públicos e a outros privilégios (Nogueira s.d.)¹⁸.

¹⁵ A respeito das reivindicações e das bandeiras de luta do movimento negro na cidade de São Paulo, ver Pinto (1993).

¹⁶ Termos utilizados pelo autor.

¹⁷ Aspas originais

¹⁸ O autor não especifica até que ponto as interdições previstas no Estatuto chegaram ao Brasil, concentrando-se mais em desvendar a ética das relações raciais que se estabeleceu em função do mesmo e sua influência entre nós. Mas, certamente, as concepções que vigoraram a respeito do negro no século passado podem ter sido influenciadas pelo espírito dessas normas.

Até que ponto todo esse clima negativo em relação ao negro e a exaltação do branco e da cor branca, vai influenciar no momento em que as pessoas têm que classificar ou classificar-se num segmento da população é uma questão a ser pensada.

A se julgar pelos problemas citados acima, tudo indica que este clima tem influência. Os recenseadores se constroem quando têm de perguntar a cor das pessoas de cor e estas, por sua vez, muitas vezes se constroem em identificar-se como negras (pretas e pardas). Na raiz desse constrangimento, Nogueira (s.d.) identifica o que ele denomina de etiqueta das relações raciais, que se instituiu no Brasil em decorrência do citado Estatuto. Como algumas das categorias visadas não se diferenciavam em relação ao restante da população, abriu-se-lhes a possibilidade de escapar das interdições, desde que houvesse sigilo e discrição quanto à sua origem. Criou-se então uma ética das relações raciais que impõe uma discrição em relação à ascendência das pessoas. Uma ética, segundo a qual, desvendar ou simplesmente mencionar a ascendência estigmatizada de alguém, só se esperaria de um inimigo, de pessoa intrigante ou incumbida de investigação policial, nunca de amigos.

No entender de Nogueira (s.d.), a atitude de reprovação que certas pessoas de ascendência negra manifestam em relação à explicitação da sua origem mostra como tal etiqueta impregnou o espírito das pessoas e a cultura brasileira. O ideal de branqueamento, tão arraigado no ideário da população de origem africana, também tem a ver com a possibilidade que o funcionamento dessa etiqueta abre para aqueles que conseguem ir se distanciando da sua origem através de cruzamentos com parceiros brancos. Ele cita vários exemplos de pessoas de ascendência negra, mas já fisicamente brancas ou com leve indício dessa ascendência, que explicitam o desejo de manter a sua família na direção do branqueamento, ou de simplesmente

adotarem atitude bastante negativa em relação aos negros. São os novos ricos da cor, para usar a expressão de Nogueira.

O estudo de Berquó e colaboradoras (1986) sobre a cor atribuída aos filhos com menos de um ano evidencia este ideal de branqueamento. Essas pesquisadoras, com base em tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980, observaram que o número de crianças menores de um ano na categoria branca é superior ao número de mulheres brancas que declararam terem tido filhos no último ano, o contrário sucedendo com as crianças pretas e pardas, seu número sendo inferior ao das mulheres nessas categorias de cor, que declararam terem tido filhos no último ano.

Neste contexto, o fato de a classificação no nosso país levar em conta a cor, e não a ascendência como ocorre nos Estados Unidos, é também um complicador, dada a ampla gama e o significado social dos termos usados pelas pessoas para identificar a sua tonalidade de pele. Esse fenômeno se mostra em toda a sua plenitude, nas coletas em que se deixou a cargo do respondente determinar a sua cor. Sem mencionar aqui coletas realizados por estudiosos¹⁹, as respostas obtidas pela PNAD de 1976²⁰, somaram cerca de 190 termos para designar a cor do recenseado (Silva, 1992, p. 38).

Esse resvalar por tantos termos, no entender de Maggie (1992), ocorreria porque nossa sociedade parece fundar-se em mitos que falam de raça e cor. O mito de que somos

¹⁹ Silva (1992) cita estudos efetuados em várias localidades brasileiras, que mostram como a cor das pessoas miscigenadas é descrita através de uma multiplicidade de termos. Wagley (1953) encontrou cinco termos numa comunidade amazônica; Pierson (1951) também encontrou cinco termos no estudo efetuado na localidade paulista de Cruz das Almas, mas, 20, no seu estudo sobre a Bahia (Pierson) 1942. Outros dois estudos realizados na Bahia, o de Hutchinson (1952), numa pequena comunidade e o de Harris (1964), em Arembépe, computaram 21 e 40 termos, respectivamente.

²⁰ Nesta PNAD, a coleta da cor foi efetuada através de duas questões para uma sub-amostra de respondentes. Uma pergunta aberta, pedindo ao respondente que indicasse, com as suas próprias palavras, qual era a sua cor. Após respondida esta pergunta, apresentava-se à pessoa as alternativas de cor comumente usadas pela IBGE (branca, preta, parda e amarela), em uma das quais o indivíduo deveria se encaixar.

descendentes de três raças, de que vivemos numa democracia racial, paraíso dos mestiços, onde segregação e racismo não existem e, finalmente, o mito do branqueamento, que evita a oposição entre pretos e brancos e funda uma sociedade que pretende um dia ser totalmente branca, sem diferenças (p. 5). Mas o uso de termos intermediários seria, também, uma saída para quem não deseja tornar explícita a posição desigual de pretos e brancos. A solução então é construir uma classificação que anule as oposições criando-se "uma série de pequenas outras como alva, alvinha, escura, escurinha, alvacentas, morena etc." (p. 10).

Mas, de qualquer modo, a postura de classificar a cor usando vocabulário do próprio entrevistado atenderia, segundo Silva (1994, p. 72), as considerações de estudiosos que, de há muito, vêm criticando o processo classificatório adotado pelo IBGE, ou seja, o uso das quatro alternativas fechadas. Um desses críticos, Marwin Harris (1964 apud Silva, 1994) ponderava, com base em estudos realizados em Arembépe, que os respondentes deveriam ter liberdade de escolher entre todos os termos raciais correntes, os quais seriam registrados e submetidos a tratamento estatístico. Esse procedimento foi, de um certo modo, utilizado por ele alguns anos mais tarde, ficando demonstrada a ambigüidade que caracteriza essa questão no Brasil, pois verificou-se que era impossível posicionar os termos "moreno" e "mulato" (aspas originais) não ambigüamente no eixo branco-preto (Harris, 1970 apud Silva, 1994).

Um outro complicador no processo classificatório advém do fato de que na América Latina e, especialmente no nosso país, há uma associação muito intensa entre classe e "raça"/cor, ou seja, a percepção da "raça"/cor de uma pessoa além de basear-se nas suas características fenotípicas é também muito contaminada pela sua posição socioeconômica ocorrendo o que Wagley (1965 apud Silva 1994) denomina de "raça social". Esse fenômeno

certamente interfere no processo classificatório seja ele resultante da hetero ou da autoclassificação.

A sua influência foi observada por vários estudiosos ao constatarem que as pessoas de melhor nível socioeconômico tendem a assumir uma cor mais clara. É o que mostrou Silva (1994), com base nos dados de um estudo²¹ em que os indivíduos tanto se classificaram como foram classificados quanto sua cor²², constatando-se uma discrepância entre a autoclassificação e a cor atribuída pelo classificador em função do nível socioeconômico dos indivíduos. Ou seja, os que divergiram²³ da classificação do entrevistador na direção do embranquecimento eram os de melhor nível socioeconômico e, ao contrário, os que divergiram na direção do escurecimento eram de nível socioeconômico mais baixo. Mas a interferência do fator socioeconômico também leva as pessoas a mudarem a sua cor a medida que melhoram de vida. Wood (1991) é um dos autores que tratam dessa questão ao mencionar a melhoria dos níveis de renda, de educação (Merrick, Graham apud Wood, 1991) e a mobilidade ascensional ocorrida no Brasil nas últimas décadas

²¹ Pesquisa conduzida no segundo semestre de 1986 na cidade de São Paulo, num esforço cooperativo entre o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob a coordenação de Amaury de Souza.

²² As opções para os entrevistadores foram as seguintes: branca; preta; amarela (ou oriental) e parda (moreno ou mulato). A questão para o entrevistado foi a seguinte: "Entre branco, preto, oriental e mulato, como o sr. (a) classificaria sua cor?", opções praticamente idênticas às do censo e das PNADs. A diferença reside na substituição da categoria pardo pela categoria mulato. Ainda assim, muitos respondentes se autoclassificaram como morenos, o que fez os pesquisadores incluírem esta categoria nas previstas inicialmente.

²³ É importante salientar que essa divergência ocorreu em 4% dos indivíduos pesquisados. Cerca de 70%, classificaram-se na mesma categoria que o recenseador lhes atribuiu, mas o autor julgou que 96% das pessoas pesquisadas responderam coerentemente com a classificação do entrevistador, uma vez que no seu entender a autoclassificação na categoria moreno é compatível tanto com a atribuição de branco quanto de pardo, o que fez o nível de consistência entre a atribuição e autoclassificação se elevar para 85%. A discrepância que ainda resta é explicada pelo autor em função da diferença de percepção das linhas divisoras entre as categorias raciais, dado que o cálculo racial brasileiro é baseado em características fenotípicas dos indivíduos, das quais as mais discriminadoras parecem ser o tom de pele e textura do cabelo. Assim, se se considerar plausível que o indivíduo classificado como branco ou como preto se autoclassifique como mulato, ou que um indivíduo classificado como pardo tanto possa se classificar como preto ou como branco, então, cerca de 96% dos indivíduos se enquadrariam no espectro de plausibilidade desse cálculo da identidade racial.

(Pastore apud Wood, 1991). A partir desses fatos e, com base na hipótese de que "o dinheiro embranquece", pondera que um grande número de pessoas que se identificaram como pretas no passado se redefiniram como pardas posteriormente, mencionando também uma tendência semelhante de os pardos reclassificarem-se como brancos. Nesse sentido, o seu estudo sobre a estabilidade da auto-identificação, utilizando técnicas que permitem estimar a proporção de pessoas que "migraram de uma categoria racial para outra"²⁴, mostra que aproximadamente 38% do número total de homens e mulheres nas faixas etárias de 14 a 29 anos que, na época do Censo de 50, se classificaram como pretos, reclassificaram-se como pardos à época do Censo de 1980. Os resultados também sugerem que uma pequena proporção de brancos se reclassificou como pardos, resultado esse que pode estar indicando uma atenuação do estigma social ligado à condição de pardo.

Silva (1994) também chama atenção para a interferência da percepção do classificador em função do nível socioeconômico de quem está sendo classificado. De um modo geral, dada uma certa combinação fenotípica, quanto melhor a posição socioeconômica do indivíduo, no momento da classificação, mais próxima do branco será a categoria utilizada para classificá-lo. Nesse sentido, se pode conjecturar que a percepção que um classificador terá de uma pessoa não branca mal vestida poderá ser diferente da sua percepção de uma pessoa com o mesmo tom de pele, mas, bem vestida, bem apessoada. Mas, como já observara Silva (1992), há um limite para a interferência da posição de classe, que tenderia a ocorrer entre indivíduos não muito distantes racialmente.

Nesse mesmo nível de influências de natureza social, há que se considerar, também, o peso de determinações político-ideológicas. É nesse sentido que Rama (1989) interpreta o maior

²⁴ O autor alerta para o fato de as técnicas de estimação usadas na análise serem consideradas grosseiras.

percentual dos que se assumem como negros²⁵ e pardos nas faixas etárias mais jovens (20-29 anos) da população de chefes de família da cidade de São Paulo, em relação à faixa de 40 a 59 anos, segundo dados da PNAD 82. Para o autor, uma das hipóteses que se poderia levantar para esse "escurecimento" é a maior consciência entre os mais jovens sobre o grupo étnico a que pertencem²⁶. Por sua vez, o estudo de Barbosa (1983), sobre a socialização no contexto de famílias da elite negra campineira, mostra que os casais mais jovens estão mais atentos à discriminação e não só procuram conscientizar os filhos a respeito do ambiente que irão encontrar na sociedade, como procuram fornecer-lhes referências que suavizem os problemas decorrentes das relações raciais.

Mas, talvez a idade, por si só, não seja um fator determinante e, muito mais, o tipo de vivência e influência a que o indivíduo esteve exposto no decorrer da sua existência. Cunha Jr. (1987) sugere isso ao mostrar que famílias com maior vivência em contexto urbano, certa estabilidade econômica e certa escolaridade, são aquelas que enfrentam com maior serenidade e firmeza situações discriminatórias vividas pelos filhos, como também os orientam sobre como agir nessas ocasiões.

Como se observa, a ideologia não segue apenas a direção do branqueamento. Embora tenha afirmado acima que a própria família contribui para inculcar no indivíduo o sentimento de negatividade em relação ao negro, é importante destacar a diversidade ideológica entre as famílias. Teixeira (1992), no seu estudo sobre as práticas discriminatórias que atingem a população negra economicamente ativa nas relações de trabalho, cita relatos de pessoas cujos pais

²⁵ O autor usa a palavra negros como sinônimos de pretos.

²⁶ Outras hipóteses também foram levantadas pelo autor para explicar essa diferença: progressiva mestiçagem, influência das migrações internas.

procuravam incutir-lhes o orgulho de sua "raça". Além disso, há entrevistados seus que também fazem questão de lembrar a sua origem africana e escrava.

Rachel de Oliveira é outra estudiosa que também contesta que este sentimento de rejeição, de negatividade em relação à cor, seja generalizado entre os negros. Analisando as respostas de alunos da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo sobre o negro e a discriminação racial²⁷, Oliveira (1992) percebeu que embora as crianças negras confirmem algumas falas do discurso da escola, justamente as que se referem às humilhações e ao tratamento desumano a que estão sujeitas (o que pode lhes ter sufocado o prazer de sentirem-se negras), pelo menos parte delas mostraram não sentir vergonha da sua cor. Com base nesses resultados, a autora argumenta que existe uma distância entre a percepção que os não negros têm a respeito da maneira como o negro se vê a si próprio e a maneira como se assume.

Essa é uma questão que, a meu ver, merece estudos mais aprofundados. De qualquer modo, grande parte dos depoimentos das pessoas negras adultas transcritos por Teixeira (1992) revela que este assumir-se enquanto negro é um processo doloroso que se constrói na maioria das vezes em contextos senão francamente discriminatórios, pelo menos, desfavoráveis ao negro. Como consequência, há os que adotam comportamentos exemplares, procurando construir uma imagem para si diferente daquela que a sociedade tem dos negros em geral, outros, entretanto, reagem agressivamente, o que, às vezes pode lhes custar a desistência ou o adiamento de certos projetos.

²⁷ Esta foi uma das atividades desenvolvida no contexto de uma série de ações desencadeadas pela Comissão de Educação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Uma delas se propunha a dar um novo enfoque às comemorações do 13 de Maio. Em 1986, a proposta recebeu o apoio da Secretaria de Educação que determinou às escolas da rede a utilização da data de 13 de maio para discutir a questão racial. Os relatórios elaborados pelas escolas sobre as discussões e atividades que tiveram lugar na ocasião e ao longo de 1987, segundo ano em que o projeto foi desenvolvido, foram analisados por Rachel de Oliveira, na sua dissertação de mestrado. Ver Oliveira (1992).

Um outro ponto que sobressai nos depoimentos é que a postura da família parece exercer um papel importante na atitude que as pessoas negras irão adotar nesse processo. Quando a família assume de maneira positiva o seu pertencimento racial, parece que elas têm melhores possibilidades de superar as situações de discriminação, embora também haja pessoas que, mesmo nessas circunstâncias, não assumem a sua condição de negro.

De qualquer maneira, o que se pode perceber através desses exemplos é que a identidade racial do indivíduo e, conseqüentemente, a cor que ele se atribui ou lhe é atribuída não são estáticas, variam em função da situação econômico-social e de uma série de contingências. Esse fato é muito evidenciado numa pesquisa realizada por Lívio Sansone em duas áreas da região metropolitana de Salvador, em que ele mostra a mudança de identidade entre a geração jovem em comparação com os seus pais em decorrência da crise ocupacional que atinge a região, em suas palavras, "a complexa relação entre a nova descoberta da negritude entre os jovens das classes baixas e o relativo fechamento dos canais de ascensão social através do trabalho, que haviam sido utilizados pelos seus pais." (Sansone, 1993, p. 73) O estudo é bastante detalhado mas, para os meus objetivos, importa destacar que o pesquisador observou que a terminologia da cor usada pelas pessoas, especialmente as negras, para se autotranscreverem e transcreverem o outro é muito fluida. Ela muda com a faixa etária, o contexto espacial e temporal e, mesmo, social: o nível educacional, a renda, o nível de contato com o branco. Assim, uma pessoa negra pode se definir, ou ser definida, de diferentes maneiras: como parda na certidão de nascimento, preta no censo do IBGE e morena/escuro/negra na vida privada. Além disso, pode ser enquadrada em diferentes categorias de cor pelos parentes e pessoas de suas relações. Relações de amizade, temor de fofocas muitas vezes levam as pessoas a usarem termos considerados mais positivos para classificar o outro. Usa-se moreno ao invés de preto, por exemplo. O desejo de branqueamento

também foi notado. Muitos tendem a branquear os pais, principalmente a mãe, e o próprio parceiro. Se o termo negro é evitado para designar essas pessoas, isso não ocorre no que o autor denomina de cultura popular, em que ele é associado à cultura, música, religião, inclusive, com uma conotação positiva.

Já os brancos mostraram maior consistência de identidade. Em geral, o indivíduo é branco na certidão, na classificação do IBGE e em quase todos os contextos.

Para além das dificuldades de interpretação dos dados

O meu objetivo, ao apontar os problemas subjacentes à classificação da cor não é o de invalidar os dados censitários, mas apenas mostrar as dificuldades dos que se deparam com essa tarefa numa sociedade com as características como as da brasileira. Mesmo porque, a despeito das dificuldades, os estudiosos têm mostrado que os censos e as PNADs vêm conseguindo traduzir com certa coerência o perfil racial da população brasileira. As reflexões de Nelson do Valle Silva (1992) sobre as respostas ao quesito cor na PNAD 76, já mencionadas, mostram que, apesar da grande variedade de termos utilizados, houve uma grande concentração em seis categorias. Duas delas, branco e moreno, foram responsáveis por 76% de todas as respostas, levando o autor a concluir que a maioria dos brasileiros (cerca de 80%) parece utilizar um conjunto restrito de categorias de cor para se auto-identificar (as categorias branco, moreno e preto).

Outro fato que sugere a pertinência do sistema classificatório adotado foi a constatação de uma forte correlação entre as respostas obtidas na pergunta fechada e as obtidas na

pergunta aberta²⁸. Ou seja, os indivíduos que se classificaram como brancos na pergunta aberta, se identificarem com a cor branca na pergunta fechada e os que se classificaram como morenos claros, morenos e pardos na pergunta aberta, se identificarem como pardos na pergunta fechada²⁹.

É bom lembrar, também, que a despeito de todos os problemas subjacentes ao processo classificatório, os dados que vêm sendo coletados pelos organismos oficiais ao longo do tempo apontam, de maneira constante e inequívoca, para uma situação de desvantagem do negro brasileiro no que diz respeito a praticamente todos os indicadores sociais: taxa de mortalidade, expectativa de vida, escolaridade, nível e estrutura de emprego (participação no mercado de trabalho). Essa consistência de resultados certamente é um indício da confiabilidade do processo de coleta que vem sendo adotado.

No entanto, apesar desses aspectos positivos, muitos problemas permanecem. Um deles diz respeito às implicações de se usar os dados coletados de acordo com o critério do IBGE, a autoclassificação, no dimensionamento da situação dos segmentos raciais no nosso país, tendo em vista o que vêm apontando os estudos sobre a contaminação social da classificação racial. A este respeito Silva (1994), coloca a seguinte questão: se a própria autoclassificação de cor está contaminada pela situação socioeconômica do indivíduo pesquisado, então, as correlações encontradas entre cor e situação socioeconômica são mais elevadas do que se obteria caso o critério de classificação fosse mais biologicamente objetivo.

Tal fato é de certa forma demonstrado pelo autor no estudo já citado anteriormente em que ele compara a classificação do entrevistado e entrevistador, e cujos resultados confirmam o efeito embranquecimento, parecendo explicar, em larga medida, as discrepâncias entre a

²⁸ Ver nota de rodapé nº 20.

²⁹ A única discrepância deste padrão, segundo Silva (1992), foi a tendência significativa de alguns pretos na classificação de cor terem se identificado como "morenos" na designação de cor (aspas originais).

atribuição de cor por parte do entrevistador, provavelmente mais próxima das características fenotípicas individuais, na opinião de Silva, e a auto-identificação de cor.

Pelo que se pode deduzir de suas observações, a classificação efetuada pelo classificador seria menos contaminada pela situação socioeconômica do entrevistado. Assim, ao tentar responder em que medida os resultados são afetados ao se usar a autoclassificação de cor (como é feita nas análises baseadas em dados do censo ou das PNADs) em vez da classificação efetuada pelo entrevistador (algo mais próximo e menos contaminado pela situação socioeconômica dos indivíduos), ele compara as variâncias de escolaridade e renda familiar, nas duas situações, detectando uma redução muito grande no poder explicativo da variável "cor" (aspas originais) sobre as variáveis dependentes, quando se passa da autoclassificação para a cor atribuída pelo entrevistador. Enquanto a autoclassificação de cor explica 12,4% e 8,7%, da variação no nível da escolaridade e rendimento, respectivamente, os valores caem para 5,2% e 4%, quando se utiliza a cor atribuída pelo entrevistador. Com base nesse resultado, Silva (1994) sugere que a correlação entre cor e situação socioeconômica pode, de fato, estar inflacionada pela utilização da autoclassificação de cor, relativamente ao que se obteria caso se dispusesse de uma medida mais objetiva, mais fenotípica das características raciais dos indivíduos. O interessante é que o autor não comenta neste momento, algo para o que ele próprio já havia chamado a atenção neste mesmo estudo, ou seja os fatores que também podem afetar a percepção do entrevistador. Ao contrário, ele pondera que os resultados obtidos pelos estudos que apontaram para o caráter social da percepção racial dos brasileiros foram possíveis porque os pesquisadores puderam cotejar a autoclassificação de cor dos respondentes com a opinião formada e treinada do próprio pesquisador, no seu entender, uma classificação mais ou menos objetiva de caracteres fenotípicos,

principalmente a cor da pele, sem mencionar os possíveis vieses a que ela está sujeita. No meu entender, essa é uma questão ainda em aberto e que merece estudos detalhados.

Outros estudiosos também vêm manifestando preocupação com as possíveis implicações para a análise da situação dos segmentos raciais do nosso país resultantes do uso da classificação adotada pelo IBGE, mas agora, no que diz respeito às categorias utilizadas. Nesse sentido, para Harris e colaboradores (1993), a categoria moreno ao invés da categoria pardo seria mais adequada ao sistema cognitivo pelo qual os brasileiros expressam sua identidade racial. Esse autores efetuaram um estudo³⁰ numa cidade do interior da Bahia procurando responder a duas questões: qual o efeito de se substituir a categoria parda, adotada pelo IBGE, pela categoria morena e, qual o efeito de se substituir a classificação de cor baseada nas opções apresentadas pelo IBGE (branca, preta, parda, amarela) por uma classificação em que os entrevistados indicariam livremente a sua cor.

Como no estudo da PNAD 1976 (Silva, 1988), pedia-se às pessoas entrevistadas para indicarem a sua cor e, num segundo momento para que se autoclassificassem em uma das quatro opções de cor, sendo que para a metade da amostra, entre as opções, constava a categoria morena e, para a outra metade, a categoria utilizada pelo IBGE, parda. Os resultados mostraram que há uma diferença na maneira como as duas populações se autoclassificaram. Quando a opção parda estava entre as categorias, foi maior a porcentagem dos que se autoclassificaram como brancos e pretos do que quando entre as opções estava a categoria morena. O estudo também

³⁰ Esse experimento foi conduzido pelos autores, tendo em vista constatações de estudos anteriores que colocam em questão o significado da categoria pardo para os brasileiros. Nesses estudos, os respondentes, ao classificarem a cor das pessoas com base num conjunto de desenhos ou simplesmente se auto identificando utilizaram a categoria moreno numa proporção muito maior do que a categoria pardo (Harris, 1970; Stephens, 1989; Sanjek, 1971; Kottak, 1989, 1990 apud Harris et al., 1993). É importante salientar que neste trabalho eles transcrevem dados referentes ao estudo da PNAD 76, publicados por Nelson do Valle e Silva em 1988 e em 1992. Este último serviu de base aos meus comentários sobre a PNAD 1976.

mostrou que os que se identificaram como morenos na situação de livre escolha pareceram igualmente propensos a se reclassificarem como brancos, pretos e pardos, pois, apenas 37,4% dos que se auto-identificaram como morenos na escolha livre se auto-identificaram como pardos quando lhes foi oferecida as quatro opções em que constava esta categoria, porcentagem bem inferior à encontrada no estudo efetuado pelo IBGE, cerca de 62,9% (Silva, 1988, apud Harris et al, 1993). Este experimento, no seu entender, sugere que o procedimento utilizado pelo censo, ao optar pela categoria pardo, leva a uma superestimação tanto dos brancos como dos pretos; que os recenseados como brancos pelo censo incluem uma alta proporção de pessoas que se consideram como "não brancas" (aspas originais); que a categoria preto inclui uma alta proporção de pessoas que nem sempre se consideram pretas e, o que é mais grave, que as tentativas de se usar os dados do censo para medir o grau de discriminação dos brancos para com os negros não são confiáveis.

Nesse sentido, Harris e colaboradores (1993) questionam a decisão do IBGE de usar as categorias pardo e moreno como sinônimos e, embora concordem que o termo moreno é ambíguo, argumentam que essa ambigüidade não pode ser eliminada do sistema brasileiro de identidade racial. Restringir os respondentes a escolherem uma das quatro categorias é uma violação do sistema de auto-identificação, mas extirpar a categoria moreno das possibilidades de escolha é desprezar ao extremo o sistema emic³¹ de classificação.

Mas as suas críticas vão além. Os autores também questionam o procedimento de pesquisadores que usam apenas duas categorias, brancos e não brancos, para medir os efeitos da discriminação e do preconceito racial. A pergunta que se coloca é quem são os brancos e os não brancos, uma vez que o seu estudo mostrou que entre os brancos há muitos não brancos e entre os

³¹ Na abordagem emic, a identidade racial é estabelecida com base na própria categorização do respondente, mesmo que o observador a considere ambígua ou contraditória (Harris et al, 1993 p. 453).

não brancos há muitos brancos. Por outro lado, dada a tendência de os indivíduos de melhor nível socioeconômico se classificarem como brancos, pode-se inferir que os morenos que se classificaram como brancos quando as opções incluíam a categoria parda são aqueles de melhor nível socioeconômico do que os que seriam computados como não brancos. Nesse sentido, concluem que as consequências de se usar a opção pardo em vez de moreno nas medidas demográficas de bem-estar ainda estão para serem detectadas.

Wood (1991) é outro autor que com base nos seus estudos que sugerem uma tendência dos pretos e pardos com mobilidade ascensional se reclassificarem nas categorias mais claras, chama a atenção para o viés que pode ocorrer ao longo do tempo nas medidas de variáveis como renda e nível educacional entre os pretos uma vez que os mais destituídos é que permanecem nesta categoria. Neste sentido, sua proposta é justamente contrária a de Harris e colaboradores, ou seja, no seu entender a fusão dos pretos e pardos numa única categoria (não brancos) poderia minorar os efeitos desse viés.

Como se observa, as questões subjacentes ao processo de classificação da cor são complexas e exigem ainda muita pesquisa para serem devidamente dimensionadas. Além disso, pouco se sabe sobre a influência de outras variáveis que, eventualmente, podem ter algum tipo de interferência como, por exemplo, a cor e a situação socioeconômica do classificador, no caso de heteroclassificação, a região do país onde está se efetuando o processo de classificação, seja ele derivado da hetero ou da autoclassificação e, ainda, a região de origem da pessoa que está se classificando ou sendo classificada. Estes fatores são importantes, pois dada a diversidade cultural do nosso país e a presença diferenciada dos segmentos raciais no seu território, certamente o significado da cor das pessoas varia de região para região.

A classificação das crianças

Tendo em vista os problemas aqui levantados sobre a determinação e a coleta dos quesitos relativos à cor, a questão que se coloca é: o que expressam?.

Essa pergunta se torna ainda mais pertinente quando se trata de classificar a cor das crianças, uma vez que os dados a seu respeito em geral são fornecidos pelos pais e responsáveis.

Segundo informações do IBGE, é o chefe de domicílio (ou outro adulto respondente) quem atribui a cor aos residentes. No caso das crianças, portanto, a atribuição da cor decorre de um processo de heteroclassificação. Se aqui não interfere diretamente a etiqueta das relações raciais que parece estar presente quando a classificação é efetuada pelo recenseador, interferem todos os fatores que costumam atuar em qualquer processo de autoclassificação, pois, tudo indica que, ao classificar os filhos, os pais tendem a projetar neles os seus próprios desejos e inquietações. Conforme foi visto anteriormente, esta tarefa não só é difícil, como está sujeita a interferências por parte dos pais, devido ao desejo de branqueamento. Vale lembrar aqui os achados de Elza Berquó e colaboradoras (1986) que evidenciam uma tendência à atribuição de uma cor mais clara aos filhos. Mas, como foi visto, também essa interferência pode se dar no sentido contrário, ou seja, o desejo de assumir a ascendência africana.

Nesse sentido, o processo de classificação das crianças provavelmente dependerá e, muito, de quem são os pais, da sua faixa etária, do seu grau de consciência e envolvimento com as questões raciais, da maneira como eles próprios lidam com a sua identidade racial e, ainda, da sua própria trajetória e experiência, que se configuram na sua escolaridade, inserção no sistema produtivo. Como mencionei anteriormente, pesquisas recentes sugerem que as pessoas mais

jovens tendem a ter um maior grau de consciência do grupo étnico a que pertencem (Rama, 1989) e estão mais atentas aos problemas que os filhos irão enfrentar na sociedade em função da sua condição racial (Barbosa, 1983); que os negros com maior escolaridade, vivência no meio urbano e certa estabilidade econômica (Cunha Jr., 1987) ou participantes do movimento negro (Pinto, 1993), embora conscientes da força da ideologia do branqueamento, lutam para anular a sua influência. Até que ponto essas vivências influenciam a maneira como essas pessoas classificam seus filhos é algo a ser estudado, mas há fortes indícios de que elas exercem algum grau de influência. Até que ponto também as classificações dos pais vão ser confirmadas pelo indivíduo no decorrer da sua existência é uma outra questão que tem que ser levada em conta.

A complexidade do processo de classificação da cor de crianças pequenas ficou evidenciada no estudo de Oliveira (1994), que focalizou a classificação de crianças efetuada por funcionárias de uma amostra de creches diretas do Município de São Paulo, com base em fotos de crianças que freqüentavam os diversos módulos etários desses equipamentos. Os resultados mostraram que nem sempre houve concordância entre os classificadores na indicação da cor das crianças, confirmando o que vem sendo apontado a respeito da subjetividade do processo de classificação da cor. Por exemplo, duas pessoas diferentes analisando o mesmo conjunto de fotos, chegaram a resultados bastante diferentes. Uma delas classificou como brancos 89,3% das crianças e a outra, 26,2%. Os dados também sugerem que a composição racial das fotos (estímulos) explicam as convergências/divergências de classificação. Por outro lado, ela não observou nenhuma interferência da idade e do sexo da criança no processo classificatório. Já a cor do classificador parece interferir, uma vez que se constatou maior porcentagem de classificação na categoria branca entre os classificadores que autotranscreveram como brancos e, também, maior

porcentagem de classificações nas categorias preto e pardo entre os que autotransclassificaram como pretos e pardos, respectivamente.

Em resumo, pode-se presumir que a atribuição da cor das crianças entre 0 e 6 anos decorre de um processo de heterotransclassificação possivelmente mais diretamente associada a determinações do informante que do recenseador.

Como se observa, ainda há muitas questões pendentes no processo classificatório adotado no Brasil. De qualquer maneira, ao discorrer sobre elas, espero ter mostrado ao leitor a complexidade que lhe é subjacente, bem como ter contribuído para estimular os responsáveis a optarem por quesitos que traduzam com a maior fidedignidade possível a cor da nossa população e a aprimorarem o processo de coleta. No meu entender, é importante também que os recenseadores tomem conhecimento de pelo menos algumas das questões que foram aqui levantadas, para que estejam atentos aos problemas que, eventualmente, possam surgir no momento da coleta do dado. Somente assim poderemos contar com dados censitários cada vez mais confiáveis, fator de suma importância para se conhecer a realidade racial do país como também para se planejar políticas públicas consistentes com essa realidade.

Bibliografia

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. (Antropologia, 5)

BERQUÓ, Elza. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre o negro no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p.74-8, jul.1988.

BERQUÓ, Elza, BERCOVICH, Alicia M., GARCIA, Estela Maria. *Estudo da dinâmica demográfica da população negra no Brasil*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1986. (Textos NEPO, 9).

BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

COSTA, Tereza Cristina N. de Araújo. O princípio classificatório "cor", sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 91-102, jul/set.1974.

COUCEIRO, Solange Maria. *O negro na televisão de São Paulo: um estudo de relações raciais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. (Antropologia,3).

CUNHA Jr., Henrique. A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 51-3, nov. 1987.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 2v. 1978.

_____. Representações coletivas sobre o negro. O negro na tradição oral. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FIBGE. *Catálogo do IBGE*. v.1/2. Informações estatísticas, Rio de Janeiro, 1993.

_____. *Censo Demográfico*, 1991a.

_____. *Para compreender a PNAD* (um texto simplificado) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1991b.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1984*. Rio de Janeiro, 1985. v. 8 T. 1.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1987*. Rio de Janeiro, 1990. v. 1. FIBGE/UNICEF.

_____. *Série relatórios metodológicos*, v. 2, 1986.

FIGUEIRA, Vera Moreira. O preconceito racial na escola. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 63-72, maio, 1990.

HARRIS, Marvin et al. Who are the whites?: imposed census categories and racial demography of Brasil. *Social Forces*, v.72, n.2, p. 451-52, Dec., 1993.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades raciais no Brasil. In: HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. Cap. 4, p. 115-43.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. O negro na publicidade. In: GONZALEZ, Lélia, HASENBALG, Carlos A. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Notas sobre a pesquisa das desigualdades raciais e bibliografia selecionada. In: LOVELL, Peggy A. (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p.263-70.

HASENBALG, Carlos A., SILVA, Nelson Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Cortez, n. 75, p. 5-12, maio, 1990.

IANNI, Octávio. *Cadernos PUC 2*. São Paulo: Cortez, mar. 1980.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros e viajantes em Minas Gerais (séc. XIX)*. São Paulo, 1986. Tese (dout.) FFLCH/USP.

MAGGIE, Yvonne. *Aqueles a quem foi negada a cor do dia: análise das categorias de raça e cor na cultura brasileira*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Racismo e Relações Raciais nos Países da Diáspora Africana. Rio de Janeiro, 5-11 de abril de 1992.

_____. *Ser escuro no Brasil*, 1988. (mimeo)

MAUÊS, Maria Angélica da Mota. Entre o branqueamento e a negritude: o TEN e o debate da questão racial. *Diomyos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 89-101, 1988.

MENDES, M.G. *A personagem negra no teatro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1982.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-68, dez. 1979.

MOURA, Clóvis. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Identidade e cidadania: o teatro experimental do negro. *Dionysos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 11-52, 1988.

MUSSA, Beto. Estereótipos de negro na literatura brasileira: sistema e motivação histórica. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 70-90, março, 1990.

NOGUEIRA, Oracy. *O "Estatuto de Puritate Sanguinis" e o racismo brasileiro*. s.d. (mimeo)

OLIVEIRA, Eliana. *Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo*. São Paulo, 1994. Dissert. (mestr.) PUC/SP.

OLIVEIRA, Rachel de. *Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção*. São Paulo, 1992. Dissert. (mestr.) PUC/SP.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

PINTO, Regina Pahim. *O livro didático e a democratização da escola*. São Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) FFLCH/USP.

_____. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo, 1993. Tese (dout.) FFLCH/USP.

Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Cortez, n. 80, p. 41-50, fev. 1992.

PIZA, Edith, ROSEMBERG, Fúlvia. *Cor nos censos brasileiros*, 1994 (mimeo)

PIZA, Edith. Analfabetismo, raça e gênero nos censos brasileiros. In: Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford. *Adultos analfabetos: gênero e raça*. Projeto de pesquisa, São Paulo, nov.1993, (mimeo).

QUEIROZ JR., Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

RABASSA, G. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMA, Germán W. Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Cortez, n. 69, p. 17-31, maio, 1989.

ROSEMBERG, Fúlvia. Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n.3/4, jul/dez. 1979.

ROSEMBERG, Fúlvia, PINTO, Regina Pahim, NEGRÃO, Esmeralda Vailati. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1986. 2v.

ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith. Analfabetismo, raça e gênero nos censos brasileiros. In: Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford. *Adultos analfabetos: gênero e raça*. São Paulo, 1994. [Relatório Final].

SANSONE, Livio. Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferença de geração. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.25, p.73-98, dez. 1993.

SANTOS, Joel Rufino dos. O negro no Rio de Janeiro pós-abolição: marginalização e patrimônio cultural. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 43-7, 1988.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil (1870-1930)*. s.d. (mimeo)

_____. *Retrato em branco e preto - jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. de Letras, 1987.

SILVA, Ana Célia. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1 grau. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 96-8, nov. 1987.

SILVA, Consuelo Dores. *A construção da identidade no processo educacional: um estudo da auto representação dos alunos negros no universo da escola pública*. Belo Horizonte, 1993. Dissert. (mestr.) FAE/UFMG.

SILVA, Nelson do Valle. Cor e processo de realização socioeconômica. In: HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, Ed. Revistados Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. Cap. 5, p. 144-63.

_____. Distância social e casamento inter-racial. In: SILVA, Nelson do Valle & HASENBALG, Carlos A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1992. Cap.2, p. 17-52.

_____. Uma nota sobre "raça social" no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 67-80, set. 1994.

TAVARES, Maria Lúcia de Souza Barros Pupo. *No reino da desigualdade*. São Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) ECA/USP.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. *Resgatando minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros*. São Paulo, 1992. Dissert. (mestr.) PUC-SP.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos. O negro no livro didático e a prática dos agentes de Pastoral Negros. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p.93-5, nov. 1987

WOOD, Charles. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOWELL, Peggy (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991, p. 93-111.